

Av. Lucas Evangelista nº 643 – Aterrado – Volta Redonda – 27215-630 Tel.: 3344-2900 – Atendimento Eletrônico: 115 www.saaevr.com.br

ASSESSORIA JURÍDICA

CONTRATO ADM. Nº 011/2015 - PROC. 1234/2014 - AJA

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 011/2015 PROCESSO N.º 1234/2014 03/03/2015

AQUISIÇÃO DE BOMBA IN-LINE

I - Das Partes

CLÁUSULA PRIMEIRA

Pelo presente Contrato e na melhor forma de direito, de um lado o **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VOLTA REDONDA - SAAE/VR**, Autarquia Municipal, criada pela Deliberação 901 de 19 de dezembro de 1967, situado na Av. Lucas Evangelista n.º 643, bairro Aterrado, nesta cidade, inscrito no CNPJ nº 32.504.706/0001-87, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor Executivo, **Paulo Cezar de Souza**, brasileiro, casado, Engenheiro regularmente inscrito no CREA/RJ n.º 7586/79 5ª Região, Portador da Carteira de Identidade nº 1055895 IFP/RJ e CPF/MF nº 321.080.017-00 e de outro lado a empresa **FLOWSERVE DO BRASIL LTDA**, situado na Av. Dom Helder Câmara, nº 5451, bairro: Todos os Santos, Rio de Janeiro/RJ, CEP.: 20771-001, inscrito no CNPJ sob n.º 33.273.681/0001-10, neste ato representada pelo Sr. Jorcelino Muniz Diniz, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade n.º RG nº 29956-D, expedida pelo CREA-RJ e CP/MF sob o n.º 354.002.187-68, residente e domiciliado na Rua Lopes Trovão, nº 81, apto. 1001, Icarái, na Cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, doravante simplesmente denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato na forma estabelecida nas cláusulas e condições seguintes:

II - Da Fundamentação Legal

CLÁUSULA SEGUNDA

A presente contratação é feita por base na **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, fundamentada no Inc. I do art. 25 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

III - Do Objeto

CLÁUSULA TERCEIRA

Constitui objeto deste à aquisição de duas Bombas IN-LINE, Modelo D-1130 D 3 x1,5 x 8 – com vazão de $30M^3/H$, com altura 58 MCA, com motor marca WEG de 10 CV, 220 Volts.

IV - Da Vigência do Contrato

CLÁUSULA QUARTA

O prazo de entrega será de até 90 (noventa) dias contados de 04/03/2015 a 03/06/2015.



Av. Lucas Evangelista nº 643 – Aterrado – Volta Redonda – 27215-630 Tel.: 3344-2900 – Atendimento Eletrônico: 115 www.saaevr.com.br

ASSESSORIA JURÍDICA

CONTRATO ADM. Nº 011/2015 - PROC. 1234/2014 - AJA

Parágrafo Primeiro

O prazo da contratação poderá ser prorrogado, mantidas as demais cláusulas deste contrato, conforme Inciso II do Artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Segundo

Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pelo Diretor Executivo, de acordo com o § 2º do art. 57, da mesma Lei 8.666/93.

V - Do Local para entrega

CLÁUSULA QUINTA

O local de entrega será na Elevatória do Coqueiros, localizado na Av. Valdir Sobreira Pires, nº 250, bairro Coqueiros, Volta Redonda/RJ.

CLÁUSULA SEXTA

Os contatos serão feitos através dos telefones (24) 3339-8405 ou 3339-8517 (DME- Divisão de Manutenção Elétrica. Contato: Luiz Fernando Carraro Franco.

VI - Do Valor e do Pagamento

CLÁUSULA SÉTIMA

O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância correspondente ao valor total de R\$17.854,00 (dezessete mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais).

Parágrafo Primeiro

O pagamento será em 15 (quinze) dias, após a entrega da Nota Fiscal Eletrônica, atestada pela Divisão de Manutenção Elétrica.

Parágrafo Segundo

As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da funcional programática 45.17.512.267.209.44.90.52.00.00 e Nota de Empenho n.º 1489/2014 , no valor de R\$17.854,00.

VII - Do Reajuste

CLÁUSULA OITAVA

O presente Contrato somente poderá ser reajustado decorrido o período contratual de 12 (doze) meses de fornecimento de bens e serviços, com base nos artigos 55, III, e 65, \S 8º da Lei 8.666/93 e suas alterações.



Av. Lucas Evangelista nº 643 – Aterrado – Volta Redonda – 27215-630 Tel.: 3344-2900 – Atendimento Eletrônico: 115 www.saaevr.com.br

ASSESSORIA JURÍDICA

CONTRATO ADM. Nº 011/2015 - PROC. 1234/2014 - AJA

Parágrafo Primeiro

Para efetivação do reajuste, será aplicado o IGPM - Índice Geral de Preços do Mercado.

Parágrafo Segundo

Se durante a vigência deste Contrato, houver norma do Governo Federal que estabeleça desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, assegura-se sua adequação de conformidade com a norma expedida.

VIII - Dos Encargos Sociais e Fiscais

CLÁUSULA NONA

Todos os encargos sociais e as obrigações previstas na Consolidação das Leis Trabalhistas e nos acordos sindicais que envolvam o pessoal da **CONTRATADA**, em decorrência da execução do objeto deste contrato, serão de total e exclusiva responsabilidade da mesma, assumindo seu ônus.

Parágrafo Primeiro

Toda responsabilidade civil oriunda da execução do serviço, serão de total e exclusiva da CONTRATADA.

Parágrafo Segundo

Todo descarregamento de carga é de responsabilidade **da CONTRATADA**, bem como, zelar pela segurança dos seus funcionários por qualquer acidente que venha ocorrer nas imediações **do CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA

O ISS (Imposto Sobre Serviços), quando devido, será retido na fonte, conforme Decreto Municipal 8.246/98 de 12/11/1998.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

A **CONTRATADA** deverá manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas na contratação.

Parágrafo Único

Fica reservado ao **CONTRATANTE** o direito durante a execução do contrato, solicitar da **CONTRATADA** a comprovação da situação mencionada no caput das cláusulas oitava e décima.

IX - Das Sanções



Av. Lucas Evangelista nº 643 – Aterrado – Volta Redonda – 27215-630 Tel.: 3344-2900 – Atendimento Eletrônico: 115 www.saaevr.com.br

ASSESSORIA JURÍDICA

CONTRATO ADM. Nº 011/2015 - PROC. 1234/2014 - AJA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Obriga-se a **CONTRATADA**, por si e seus prepostos, responsabilizando-se por todos os danos causados ao **CONTRATANTE**, ao Município ou a Terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, na execução do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Caso a **CONTRATADA** deixe de cumprir quaisquer das obrigações assumidas neste Contrato ficará sujeita a uma ou mais sanções, a juízo da Administração, de conformidade e se couber o estabelecido nos Artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, não desprezando a lei civil no que couber.

Parágrafo Primeiro

Multa moratória de **0,2% (dois décimo por cento) ao dia**, por dia útil que exceder o prazo de execução indicado no Anexo I deste, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da Lei Civil.

Parágrafo Segundo

Multa Compensatória de até 9% (nove por cento) sobre o valor da parcela em que ocorrer a inadimplência.

Parágrafo Terceiro

As multas moratórias e compensatórias poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que o **CONTRATANTE** rescinda, unilateralmente, o Contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.

Parágrafo Quarto

As multas compensatórias e moratórias aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à contratada ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em consonância com os parágrafos 2º e 3º do artigo 86 da Lei Federal nº 8.666/93;

Parágrafo Quinto

A aplicação de multas não elidirá o direito do **CONTRATANTE** de face ao descumprimento do pactuado, rescindir, de pleno direito, a contratação celebrada, independentemente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

A falta de cumprimento, pela **CONTRATADA**, de quaisquer obrigações, implicará na retenção do valor de seus créditos junto ao **CONTRATANTE**, até a efetiva comprovação de seu integral cumprimento.



Av. Lucas Evangelista nº 643 – Aterrado – Volta Redonda – 27215-630 Tel.: 3344-2900 – Atendimento Eletrônico: 115 www.saaevr.com.br

ASSESSORIA JURÍDICA

CONTRATO ADM. Nº 011/2015 - PROC. 1234/2014 - AJA

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA

As penalidades serão aplicadas mediante procedimento administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa.

X - Da Rescisão

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

O presente Contrato poderá ser rescindindo de pleno direito ocorrendo alguma das hipóteses previstas nos Artigos 77, 78 e parágrafos da Lei Federal 8.666/93, bem como por inadimplemento de qualquer cláusula ou condição estabelecida neste Instrumento.

Parágrafo Primeiro

O Contrato também poderá ser rescindido a qualquer tempo por qualquer das partes, sem que tenha direito a quaisquer indenizações, ou compensações, mediante denúncia escrita com 30 (trinta) dias de antecedência, contados a partir da data de recebimento da referida comunicação pela outra parte.

Parágrafo Segundo

A rescisão de que trata o caput desta cláusula será efetivada conforme o Artigo 79, observadas as disposições do Artigo 80 do mesmo diploma legal.

Parágrafo Terceiro

Fica assegurado à **CONTRATADA**, o recebimento dos valores indicados nas Notas Fiscais referentes aos serviços prestados e atestados até a data da rescisão.

XI - Da Publicação

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

Obriga-se a **CONTRATANTE** a promover, às suas expensas, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93, a publicação resumida do presente Contrato, no prazo legal, contados da sua assinatura, no Diário Oficial local.

Parágrafo Único

Fica o **CONTRATANTE** obrigado a remeter uma via deste instrumento ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, conforme determina a Deliberação n.º 245, de dezembro de 2007, do referido Tribunal.

XII - Das Disposições Finais



Av. Lucas Evangelista nº 643 – Aterrado – Volta Redonda – 27215-630 Tel.: 3344-2900 – Atendimento Eletrônico: 115 www.saaevr.com.br

ASSESSORIA JURÍDICA

CONTRATO ADM. Nº 011/2015 - PROC. 1234/2014 - AJA

CLÁUSULA DECIMA OITAVA

A CONTRATADA se compromete em entregar o respectivo equipamento, conforme especificações contidas neste contrato, de acordo com o Objeto constante na Cláusula Terceira, descrita na Solicitação de Compras e Serviços nº 1184/2014 da Divisão de Manutenção Elétrica/DME.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

Nos casos omissos serão aplicadas a lei n.º 8.666/93 e suas alterações, e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

XIII - Do Foro Contratual

CLÁUSULA VIGÉSIMA

Como foro contratual, elegem as partes o desta Comarca de Volta Redonda, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem, assim, de pleno acordo com as cláusulas e condições deste Contrato, as partes o assinam em quatro vias, de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas e demais interessados, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

Volta Redonda, 03 de Março de 2015.

Paulo Cezar de Souza Diretor Executivo SAAE/VR Contratante Antar Ossian Manoel de Nader Assessor Jurídico SAAE/VR Contratante

Jorcelino Muniz Diniz Administrador FLOWSERVE DO BRASIL LTDA Contratada

Testemunha CPF Testemunha CPF



Av. Lucas Evangelista nº 643 – Aterrado – Volta Redonda – 27215-630 Tel.: 3344-2900 – Atendimento Eletrônico: 115 www.saaevr.com.br

ASSESSORIA JURÍDICA

CONTRATO ADM. Nº 011/2015 - PROC. 1234/2014 - AJA

ANEXO

Capítulo I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º No caso de descumprimento total ou parcial das condições legais da compra ou do serviço, o SAAE/VR, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da Lei Civil, aplicará à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas no Art. 7º da Lei 10.520/02 e todas as multas previstas nas sansões do Pregão serão aplicadas com fulcro nos Artigos 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93.

Seção I

Das Multas por atraso

Art. 2º Nos casos de ocorrência de entregas e prestação de serviços após o prazo estabelecido na Nota de empenho, respeitando a tolerância de 05 (cinco) dias corridos, caberá ao Gestor do Contrato, estabelecido de acordo com artigo 67 da lei 8.666/93, encaminhar o mesmo a Comissão Permanente de Licitação informando o respectivo atraso.

Parágrafo único: Os itens de estoque serão acompanhados pelo almoxarifado cabendo a este, após o prazo de tolerância, encaminhar o processo ao Gestor do Contrato para as devidas providências.

Art. 3º Caberá a Comissão Permanente de Licitação:

- I- Verificar se há reincidência e, caso constatado:
- a) **Multa por atraso:** se esta tiver ocorrido no período de doze meses, deverá devolver o processo ao Gestor do Contrato para proceder conforme disposto no Art. 9°.
- b) **Multa compensatória:** se esta tiver ocorrido no período de doze meses, deverá devolver o processo ao Gestor do Contrato para proceder conforme o Art. 15.
- II- Não constatado nenhuma das ocorrências anteriores, a Comissão Permanente de Licitação deverá, advertir e registrar a multa por atraso no prazo máximo de dois dias úteis e após, remeter o processo a Divisão de Contabilidade para apuração do valor da multa e emitir a Ordem de Pagamento. Após, encaminhar o processo a Supervisão de Arrecadação e Pagamento para efetuar o pagamento.
- **Art. 4º** A Multa por atraso será de 0,2% (dois décimo por cento) por dia útil que exceder o prazo de tolerância descrito no art. 2º deste Anexo, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites de 2%

Parágrafo único: Nos casos extraordinários e devidamente motivados, após autorização do Diretor Executivo, considerar-se-á para efeito de base de cálculo da multa, o saldo restante do Crédito a Receber.



Av. Lucas Evangelista nº 643 – Aterrado – Volta Redonda – 27215-630 Tel.: 3344-2900 – Atendimento Eletrônico: 115 www.saaevr.com.br

ASSESSORIA JURÍDICA

CONTRATO ADM. Nº 011/2015 - PROC. 1234/2014 - AJA

Art. 5º O prazo máximo estabelecido como limite para entrega e/ou prestação de serviço será de 10 (dez)

dias, a partir do término do prazo contratual, já incluso o período de tolerância de 05 (cinco) dias corridos.

Parágrafo único: o descumprimento do prazo estabelecido no artigo anterior será considerado inexecução

total e/ou parcial, cabendo ao fiscal do processo "não autorizar o recebimento ou a prestação do serviço",

informando ao Gestor do Contrato para ciência quanto à rescisão do contrato e aplicação das sanções cabíveis

devendo o fiscal emitir nova Solicitação de Compra e/ou Serviço;

Art. 6º O contratado que reincidir em multa por atraso no período de doze meses será passível de multa

compensatória, a reincidência de duas multas por atraso em 24 (vinte e quatro) meses será passível da

suspensão de fornecimento de bens e prestação de serviços por um período de 12 (doze) meses.

Seção II

Das Multas Compensatórias

Art. 7º Constatado inexecução total e/ou parcial a partir do término do prazo estabelecido no contrato, já

incluso o período de tolerância de 05 (cinco) dias corridos, o fiscal do processo deverá fazer um relatório e

encaminhar ao Gestor do Contrato registrando a ocorrência dos fatos que o caracterizaram, solicitando a

aplicação de sanções;

Art. 8º O Gestor do Contrato ao tomar conhecimento encaminhará o processo a Comissão Permanente de

Licitação que deverá proceder conforme disposto no artigo 3º inciso I alínea b.

Art. 9º Caberá ao Gestor do Contrato encaminhar o processo ao presidente da Comissão Sancionatória para

apuração de fatos quanto à aplicação de multa compensatória ou suspensão.

Art. 10°. A Comissão Sancionatória analisará os fatos ante as regras estabelecidas no edital e/ou contrato,

avaliando se a conduta é passível de penalização, e se:

I- Negativo: orientará qual o procedimento a ser adotado;

II- Positivo: providenciará a notificação do contratado para, se quiser oferecer defesa prévia, apresentá-la no

prazo de 05 (cinco) dias úteis, devendo a defesa ser encaminhada diretamente à mesma;

Art. 11º. Caso o contratado encaminhe sua defesa prévia, poderá a Comissão Sancionatória:

I- Aceitar a defesa, devendo esta ser informada ao Gestor do Contrato para conhecer e arquivar;

II- Rejeitar a defesa, concedendo a empresa o prazo de 05 (cinco) dias úteis para encaminhar recurso à

Comissão Sancionatória;



Av. Lucas Evangelista nº 643 – Aterrado – Volta Redonda – 27215-630 Tel.: 3344-2900 – Atendimento Eletrônico: 115 www.saaevr.com.br

ASSESSORIA JURÍDICA

CONTRATO ADM. Nº 011/2015 - PROC. 1234/2014 - AJA

9

Art. 12º. Constatado o recebimento do recurso pela Comissão Sancionatória, esta analisará o juízo de

admissibilidade e caso:

I- Intempestivo: calcular a multa compensatória de 9% sobre o saldo não executado e encaminhar o

processo a Comissão Permanente de Licitação para o registro da multa no prazo máximo de 08 (oito) dias

úteis e após direcionar o processo a Divisão de Contabilidade para descontar a multa compensatória do

Crédito a Receber.

II- Tempestivo com efeito suspensivo: encaminhar o processo ao Diretor Executivo para deliberar, em

caso de:

a) **Indeferimento**: remeter o processo a Comissão Sancionatória para calcular a multa compensatória de 9%

sobre o saldo não executado e encaminhar o mesmo à Comissão Permanente de Licitação para o registro da

multa no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis e após, direcionar o processo a Divisão de Contabilidade para

descontar a multa do Crédito a Receber.

b) **Deferimento**: remeter o processo a Comissão Sancionatória que o encaminhará ao gestor para conhecer

e arquivar.

Parágrafo único – Caso não haja Crédito a Receber, caberá a Divisão de Contabilidade remeter o processo a

Assessoria Jurídica para que seja cobrado judicialmente, em consonância com os parágrafos 2º e 3º do artigo

86 da Lei Federal nº 8.666/93;

Art. 13º. O contratado que reincidir em multa compensatória no período de 12 (doze) meses será passível de

suspensão por 12 meses. A reincidência de duas multas compensatórias em 24 (vinte e quatro) meses será

passível de suspensão de fornecimento de bens e prestação de serviços por um período de 24 (vinte e quatro)

meses.

Seção III

Da Suspensão

Art. 14º. Constatado inexecução total e/ou parcial a partir do término do prazo estabelecido no contrato, já

incluso o período de tolerância de 05 (cinco) dias corridos, o fiscal do processo deverá fazer um relatório e

encaminhar ao Gestor do Contrato registrando a ocorrência dos fatos que o caracterizaram solicitando a

aplicação de sanções;

Art. 15°. O Gestor do Contrato, após análise, encaminhará o processo a Comissão Sancionatória que

procederá, inicialmente, conforme o artigo 10.



Av. Lucas Evangelista nº 643 – Aterrado – Volta Redonda – 27215-630 Tel.: 3344-2900 – Atendimento Eletrônico: 115 www.saaevr.com.br

ASSESSORIA JURÍDICA

CONTRATO ADM. Nº 011/2015 - PROC. 1234/2014 - AJA

Art. 16º. Constatado o recebimento do recurso pela Comissão Sancionatória, esta analisará o juízo de admissibilidade e caso:

I – **intempestivo**: encaminhar o processo a Comissão Permanente de Licitação para publicar na imprensa oficial a suspensão no prazo máximo de 08 (oito) dias corridos.

II – **tempestivo com efeito suspensivo**: encaminhar o processo ao Diretor Executivo para deliberar e, em caso de:

a) **Indeferimento**: Encaminhar para Comissão Sancionatória que deverá aplicar a suspensão e notificar o contratado. Após enviar para Comissão Permanente de Licitação para publicar e registrar a suspensão.

b) **Deferimento**: Remeter o processo a Comissão Sancionatória que encaminhará ao gestor para conhecimento e arquivamento.

Art. 17º. Caberá a Comissão Sancionatória, aplicar a suspensão de 12 (doze) meses nos casos de inexecução parcial e de 24 (vinte e quatro) meses nos casos de inexecução total e/ou multa compensatória de 9% sobre o valor do prejuízo.

Seção IV

Disposições Finais

Art. 18º. As multas por atraso e compensatórias poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que o SAAE/VR rescinda, unilateralmente, o Contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis;

Art. 19º. A aplicação de multas não elidirá o direito do SAAE/VR em face ao descumprimento do pactuado, rescindir, de pleno direito, a(s) contratação(ões) que vier(em) a ser(em) celebrada(s), independentemente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 20°. Será concedido ao contratado, após comunicado oficialmente, o prazo de 20 dias corridos a fim de reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados. Se não apresentado no prazo estipulado aplicar-se-á multa compensatória de 9%, sendo passível de suspensão.



Av. Lucas Evangelista nº 643 – Aterrado – Volta Redonda – 27215-630 Tel.: 3344-2900 – Atendimento Eletrônico: 115 www.saaevr.com.br

ASSESSORIA JURÍDICA

CONTRATO ADM. Nº 011/2015 - PROC. 1234/2014 - AJA

Art. 21º. Nos casos extraordinários e devidamente motivados, após análise da Comissão Sancionatória deverão ser remetidos ao Diretor Executivo para deferimento ou indeferimento, em conformidade com o princípio da supremacia do interesse público, podendo ser revistos os prazos e as multas estabelecidos neste anexo.
